



Foz do Rio Claro Energia S.A.
CNPJ nº 07.823.262/0001-03

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações contábeis do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. 1. **Breve histórico da Companhia:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 - MME - UHE Foz do Rio Claro, que concede à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assm a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação		Despacho ANEEL	Potência instalada (MW médios)	Garantia física total (MW médios)
	comercial	conforme contrato de concessão			
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW	18,55 MW
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW	18,55 MW
				68,4 MW	37,1 MW

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações diretas de 57,29% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 63,18% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte eólica estão em fase pré-operacional e passarão a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	150.605	554.488	266.206	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.691	2.451	33.028
Investimento de curto prazo	5	123.347	540.640	198.403
Contas a receber de clientes	6	10.807	10.181	22.001
Dividendos a receber	15.1	3.152	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	2.240	751	2.592
Despesas pagas antecipadamente	-	429	449	1.648
Tributos compensáveis	-	7.933	-	8.504
Outros ativos	-	6	16	30
Não circulante	663.122	317.020	1.114.906	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	6.315
Tributos e contribuições sociais a compensar	-	-	50	5.618
Outros ativos	154	586	4.752	3.180
Derivativos financeiros	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	15.1	99.560	-	-
Investimento em controladas	7	253.732	-	-
Imobilizado	8	286.004	291.900	1.057.478
Intangível	9	23.672	24.484	37.563
Total do ativo	813.727	871.508	1.381.112	
Passivo	33.028	30.272	320.711	
Circulante	10	3.394	2.343	16.820
Fornecedores	10	3.394	2.343	16.820
Empréstimos e debêntures	11.1	25.626	12.434	40.849
Empréstimos em moeda estrangeira	11.2	-	-	250.850
Arrendamentos	15.1	60	57	197
Salários e férias a pagar	-	1.113	684	2.362
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	1.345	4.879	3.942
Dividendos declarados	15.1	-	8.176	3.028
Uso do bem público	9	543	450	923
Provisão para compensação ambiental	-	-	97	-
Encargos setoriais	-	947	1.249	1.642
Credores diversos	-	-	-	1
Não circulante	609.221	611.870	673.774	
Empréstimos e debêntures	11.1	599.626	599.547	655.671
Arrendamentos	15.1	250	492	823
Uso do bem público	9	4.591	4.264	7.772
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	3.198	6.013	3.199
Provisão para contingências	14	-	-	4.169
Provisão para compensação ambiental	-	1.556	1.554	585
Outras obrigações	-	171.478	229.366	171.478
Patrimônio líquido	16.1	168.270	168.270	168.270
Capital social	16.1	168.270	168.270	168.270
Reserva de lucros	-	3.208	61.096	3.208
Total do patrimônio líquido	171.478	229.366	171.478	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	215.149
Patrimônio líquido + participações de acionistas não controladores	171.478	229.366	386.627	
Total do passivo e do patrimônio líquido	813.727	871.508	1.381.112	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva legal				
168.270	5.346	29.672	-	203.288	-	203.288
Dividendos distribuídos	-	-	(169)	(169)	-	(169)
Lucro líquido do exercício	-	-	34.423	34.423	-	34.423
Reserva Legal	-	1.721	-	(1.721)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(8.176)	(8.176)	-	(8.176)
Transferência para reserva de lucros	-	-	24.526	(24.526)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	168.270	7.067	54.029	229.366	-	229.366
Dividendos intermediários	-	-	(54.029)	(54.029)	-	(54.029)
Aumento de capital	-	-	-	-	212.894	212.894
Perda na transação de capital	-	-	-	-	(91)	(91)
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	-	-	(3.859)	(3.859)	2.346	(1.513)
Transferência para reserva de lucros	-	(3.859)	-	(3.859)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168.270	3.208	-	171.478	215.149	386.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), é uma "SPE - Sociedade de Propósito Específico" e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 05 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO ("Contrato de Concessão"), datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos até 14 de agosto de 2041, que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 9. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação		Despacho ANEEL	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
	comercial	conforme contrato de concessão			
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW	18,55 MW
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW	18,55 MW
				68,4 MW	37,1 MW

do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revisados de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passará a ser de 37,1 MW médios.

2. Governança corporativa: A Companhia pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia, e (iii) Diretor técnico. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas pela lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas. **3. Desempenho econômico-financeiro** (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	Varição %	31/12/2022
Receita operacional bruta	90.069	86.128	4,6%	116.086
(-) Deduções da receita operacional	(9.233)	(4.175)	121,1%	(10.487)
Receita operacional líquida	80.836	81.953	-1,4%	105.599
(-) Custos operacionais	(33.504)	(19.641)	70,6%	(48.890)
Lucro bruto	47.332	62.312	-24,0%	56.705
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.637)	(4.655)	-43,4%	(6.246)
(-) Despesas/receitas financeiras	(51.369)	(10.897)	371,4%	(53.995)
Lucro (prejuízo), antes da contribuição social e imposto de renda	(6.674)	46.760	-114,3%	(3.532)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(5.904)	-100,0%	(796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.815	(6.433)	100,0%	2.815
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(3.859)	34.423	-111,2%	(1.513)
Ativo total	813.727	871.928	-6,7%	
Investimentos (*)	563.408	316.384	78,1%	

(*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas. **Comentários relevantes - Controladora:** A Companhia registrou Receita operacional líquida de R\$ 80.836 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação aos R\$ 81.953 do mesmo exercício de 2021. A redução de 1,4% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pelo aumento dos impostos em função da alteração de regime de tributação de Lucro Presumido para o Lucro Real. Os custos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram aumento de 70,6% se comparado ao mesmo exercício de 2021, justificado principalmente pelo reconhecimento da extensão da concessão em 2021, que trouxe um efeito positivo para o exercício de 2021. As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram redução de 43,4% quando comparado ao mesmo exercício de 2021, justificada pela redução em serviços de terceiros e despesas com pessoal. As despesas financeiras líquidas apresentaram aumento de 371,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se comparado ao mesmo exercício findo de 2021, justificado principalmente pelo aumento de despesas com juros da 1ª emissão de debêntures. No

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
18	80.836	81.953	105.599	
Receita operacional líquida				
Custos operacionais				
Custos dos serviços prestados	(20.570)	(19.440)	(30.806)	
Compra de energia elétrica	(2.170)	(8.974)	(3.026)	
Recuperação de custo - Extensão da concessão	-	18.921	-	
Depreciação e amortização	(10.710)	(10.070)	(14.993)	
Utilização do bem público - UBP	(54)	(78)	(69)	
19	(33.504)	(19.641)	(48.890)	
Lucro bruto	47.332	62.312	56.705	
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	(1.828)	(2.540)	(2.591)	
Pessoal	(2.158)	(1.710)	(2.944)	
Honorários da diretoria e conselho de administração	15.3	(411)	(338)	(447)
Depreciação e amortização	(69)	(110)	(122)	
Outras receitas	-	43	-	
19	(4.466)	(4.655)	(6.104)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	1.967	-	(138)
Perdas em transações de capital	7	(138)	-	(138)
20	1.499	57.657	50.463	
Lucro antes do resultado financeiro	20	(84.955)	(20.490)	(87.586)
Despesas financeiras	20	33.586	9.593	33.591
Receitas financeiras	-	(51.369)	(10.897)	(53.995)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(6.674)	46.760	(3.532)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(5.904)	(796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	2.815	(6.433)	2.815
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(3.859)	34.423	(1.513)	
Atribuído aos acionistas controladores	-	-	(3.859)	-
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	2.346	-
21	(0,355)	0,3167	(0,0139)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
18	80.836	81.953	105.599	
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(3.859)	34.423	(1.513)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas. **Risco Hidrológico:** A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN, (ii) permanência do atual cenário de despacho termoelétrico elevado e (iii) a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE expõe a Companhia a um rateio com base no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar esses efeitos, em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL, anuiu a repactuação do risco hidrológico da Controladora UHE Foz do Rio Claro e Controlada UHE São José "Ijuí" nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no Ambiente de Contratação Regulada - ACR no produto SP 100. A partir de julho de 2020 a Companhia e sua controlada passaram a realizar o pagamento mensal do prêmio do seguro do risco hidrológico para a ANEEL. **Risco de Descontratação:** Todos os recursos da Controladora e sua controlada "Ijuí" estão vendidos no Ambiente Regulado de Contratação - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **Risco de taxas de câmbio:** A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, contratados por suas controladas. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, as controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:** Como as controladas "Eólicas do Agreste Potiguar I e II" estão em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que as controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que tem sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição. Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de

Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora					Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Fornecedores	3.394	–	–	–	–	3.394
Debêntures	25.685	(59)	(80)	299.762	299.944	625.252
Total	29.079	(59)	(80)	299.762	299.944	628.646
	Consolidado					Total
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Fornecedores	16.820	–	–	–	–	16.820
Debêntures	25.685	(59)	(80)	299.762	299.944	625.252
Empréstimos em moeda nacional e estrangeira	3.977	262.096	14.994	41.051	–	322.118
Total	46.482	262.037	14.914	340.813	299.944	964.190
Instrumentos financeiros derivativos: A partir do 2º trimestre de 2022 as controladas, Eólica Potiguar I e Eólica Potiguar II, passaram a possuir instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap. Gestão de capital: A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.						
	Controladora	Consolidado			Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos Circulante	(25.686)	(12.491)	(291.896)			
Não circulante	(599.876)	(600.039)	(656.494)			
Dívida total	(625.562)	(612.530)	(948.390)			
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo	127.038	543.091	231.431			
Dívida líquida	(498.524)	(69.439)	(716.959)			
Patrimônio líquido	171.479	229.366	171.479			
Índice de endividamento líquido	2,91	0,30	4,18			

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

São Paulo, 01 de março de 2023. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes

São Paulo, 01 de março de 2023. **DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09.** Declaramos, na qualidade de diretores da Foz do Rio Claro Energia S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Foz do Rio Claro Energia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **Debêntures e Cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui passivos financeiros significativos por contratos de empréstimos e debêntures, no montante de R\$ 696.520 mil para o consolidado e R\$ 625.252 mil para a controladora. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("covenants financeiros") em conexão com esses contratos. O endividamento da Companhia, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e consequente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida, pode ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras, revisão dos contratos de empréstimos e debêntures e suas alterações, recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes *covenants* financeiros,

que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O
Eduardo Wellichen
 Contador - CRC-1SP184050/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 09/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/09/FOZDORIOCLARO1568131909032023.pdf>
 Hash:1678318081c989aa17bf6b4fa08259fa8c7fc4e63d